

Algarve
Quinta de Marim Parque Natural da Ria Formosa,
8700-194 OLHÃO



www.icnf.pt | rubus.icnf.pt
gdp.algarve@icnf.pt
289700210

Exmo. Sr. Presidente
Comissão de Coordenação e Desenvolvimento
Regional do Algarve
Praça da Liberdade 2
8000-164 FARO

vossa referência <i>your reference</i>	nossa referência <i>our reference</i>	nosso processo <i>our process</i>	Data <i>Date</i>
PCGT - ID 1190	S-006441/2026	P-004084/2026	2026-03-02
Assunto <i>subject</i>	PCGT - ID 1190 - Plano de Urbanização da UP1 de Ferragudo ao Calvário (adequação ao RJIGT) - Alteração		

Relativamente ao assunto em epígrafe, e aos elementos que instruem o pedido de parecer, sob o requerimento supra referenciado, transcreve-se de seguida, o conteúdo relevante da apreciação técnica efetuada:

“I. Introdução

1. Por mensagem eletrónica via Plataforma Colaborativa de Gestão Territorial (PCGT), datada de 11/02/2026, com registo de entrada n.º E-009253/2026, veio a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve, I.P. (CCDR Algarve, I.P.), para efeitos do previsto no art.º 86.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio), remeter ao Instituto da Conservação da Natureza e Florestas, I.P. (ICNF, I.P.) convocatória para a conferência procedimental no âmbito da 1.ª alteração da 1.ª revisão do Plano de Urbanização da UP1 de Ferragudo ao Calvário, por adequação ao Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), a realizar no dia 05/03/2026, pelas 10:30h, por videoconferência, destinada à emissão do parecer final e com a seguinte ordem do dia:

1. Abertura da reunião com breve nota sobre o funcionamento da mesma;
2. Esclarecimentos da Câmara Municipal;
3. Posição das entidades sobre os documentos em apreciação;
4. Conclusões.

2. Com vista à melhor operacionalização do procedimento previsto no RJIGT, nomeadamente para facilitar a redação da ata da reunião, a CCDR Algarve, I.P. solicita que os pareceres emitidos sejam disponibilizados na PCGT antes da data da realização da conferência procedimental, isto é, até 04/03/2026.

3. De acordo com o disposto n.º 4 do art.º 100.º do RJIGT, o conteúdo documental do plano de urbanização é adaptado ao seu conteúdo material, o qual deve ser apropriado às condições da área territorial a que respeita, aos objetivos das políticas urbanas e às transformações previstas nos termos de referência e na deliberação municipal que determinou a sua elaboração, conforme elencado no art.º 99.º do RJIGT.

3.1. Em conformidade, os documentos para parecer final encontram-se disponíveis para consulta/descarregamento na PCGT:

1. Elementos que constituem o plano (n.º 1 do art.º 100.º do RJIGT):



- 1.1. *Regulamento:*
 - 1.1.1. *Alteração ao regulamento;*
 - 1.1.2. *Republicação do regulamento;*
 - 1.1.3. *Quadro regulamentar (anexo I ao regulamento).*
- 1.2. *Plantas de zonamento, com cartografia de referência à escala 1:10000:*
 - 1.2.1. *Planta de zonamento (peça gráfica n.º 1);*
 - 1.2.2. *Planta de zonamento – Outros limites ao regime de uso (peça gráfica n.º 2);*
- 1.3. *Plantas de condicionantes, com cartografia de referência à escala 1:10000:*
 - 1.3.1. *Planta de condicionantes (peça gráfica n.º 3);*
 - 1.3.2. *Planta da REN (peça gráfica n.º 5).*
2. *Elementos que acompanham o plano (n.º 2 do art.º 100.º do RJIGT):*
 - 2.1. *Relatório de fundamentação;*
 - 2.2. *Programa de execução;*
 - 2.3. *Modelo de redistribuição de benefícios e encargos;*
 - 2.4. *Plano de financiamento.*
3. *Elementos complementares ao plano (n.º 3 do art.º 100.º do RJIGT):*
 - 3.1. *Planta de enquadramento;*
 - 3.2. *Planta e relatório dos compromissos urbanísticos:*
 - 3.2.1. *Planta de compromissos urbanísticos, com cartografia de referência à escala 1:10000 (peça gráfica n.º 4);*
 - 3.2.2. *Relatório dos compromissos urbanísticos.*
4. *Cumpra ao ICNF, I.P., como entidade responsável em razão das matérias da conservação da natureza e biodiversidade e florestas, aferir a harmonização dos interesses públicos com expressão territorial com os planos territoriais, designadamente:*
 1. *Valores naturais com relevância estratégica para a sustentabilidade ambiental e a solidariedade intergeracional, particularmente as áreas protegidas e outros recursos territoriais relevantes para a conservação da natureza e biodiversidade;*
 2. *Áreas perigosas e de risco, identificando os elementos vulneráveis e a graduação respetiva dos níveis de perigosidade, em conformidade com o Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PNDFCI);*
 3. *Recursos florestais, concretamente o Programa Regional de Ordenamento Florestal (PROF) e sub-regiões homogêneas (SRH).*

II. Antecedentes

1. *Consta dos arquivos físico e digital do ICNF, I.P., o processo de revisão do Plano de Urbanização da UP1 de Lagoa, ao qual se encontram apensos os seguintes documentos:*
 - 1.1. *Ofício n.º 20927/2011, de 26/10, referente a pronúncia deste entidade acerca da primeira fase do processo de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE), extraído-se o seguinte:*

“(…) verificou-se que os Fatores Críticos de Decisão identificados contemplam a conservação da natureza e da biodiversidade (...), no entanto, desconhece-se o estado de conservação dos valores naturais existentes (...).

Uma vez que a Revisão do Plano de Urbanização (UP1 – Lagoa) vai abranger parte do Sítio Arade/Odelouca e, possivelmente, interferir com dois corredores ecológicos, entende-se que a revisão deste plano poderá ser suscetível de afetar valores naturais de interesse comunitário ocorrentes na área de intervenção.



(...) a próxima fase da AAE – Relatório Ambiental – deverá fornecer as informações necessárias sobre a situação atual, os riscos/ ameaças detetados, bem como, as respetivas medidas a implementar, seja no sentido de assegurar o restabelecimento ou a manutenção dos habitats naturais e das espécies de interesse comunitário num estado de conservação favorável, bem como no sentido de melhorar/ assegurar a conectividade ecológica entre os vários aglomerados urbanos existentes na área de intervenção. (...)”

1.2. Ofício n.º 7107/2012, de 12/04, correspondente a “(...) parecer favorável condicionado à obrigatoriedade de todos os projetos a implementar nas parcelas espaços verdes de recreio (...) incluírem a recuperação dos ecossistemas e dos serviços ecossistémicos, (...) de forma a assegurar o restabelecimento ou a manutenção dos habitats naturais e das espécies de interesse comunitário num estado de conservação favorável, (...); serem submetidos a consulta e/ ou acompanhamento por parte do ICNB(F) os projetos a implementar nesta classe de espaço; e (...) serem mantidos como área non-aedificandi, conforme regulamento proposto. (...)”.

III. Caracterização do plano territorial

1. A área do Plano de Urbanização (PU) da UP1 de Ferragudo ao Calvário (doravante designada PU-UP1) corresponde à extremidade oeste do concelho de Lagoa, estendendo-se ao longo da margem esquerda ao rio Arade, estando inserida na União das Freguesias de Estômbar e Pargal e na freguesia de Ferragudo.

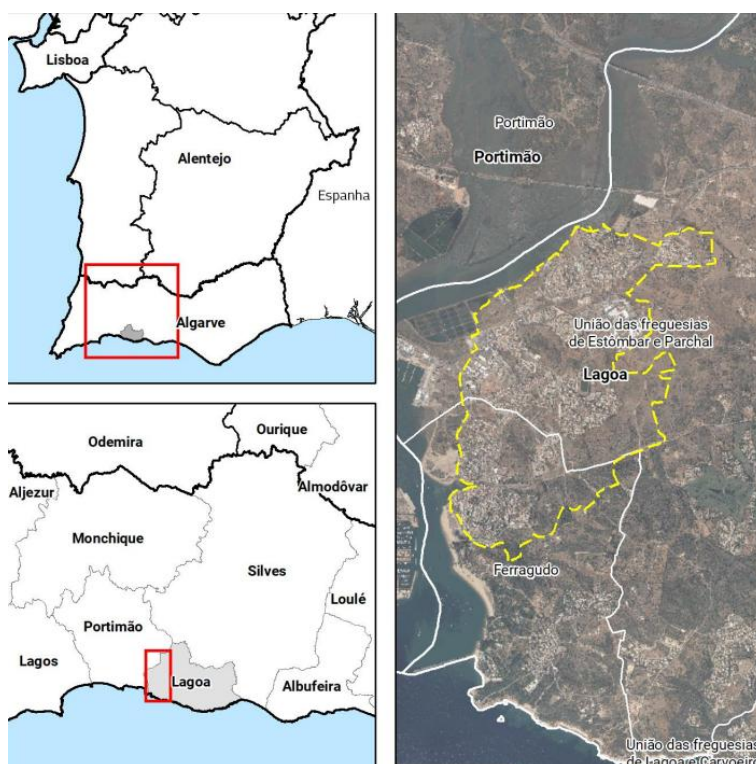


Figura 1 – Localização da área de intervenção do PU-UP1.

Fonte: Imagem extraída dos termos de referência (pág. 3) da 1.ª alteração da 1.ª revisão do plano de urbanização da UP1 de Ferragudo ao Calvário – Adequação ao RJGT.

2. A área de intervenção corresponde ao solo urbano delimitado no primeiro Plano Diretor Municipal de Lagoa (Resolução de Conselho de Ministros n.º 29/1994, de 10 de maio) como UP1, apresentando uma área de aproximadamente 470 hectares, sendo que a alteração incidirá sobre a totalidade da área do plano.



3. A revisão do PU-UP1 tem como objetivo geral a estruturação, a consolidação e a valorização da área urbana existente nos seus diversos usos e funções, através da atualização e reorientação das opções do Plano de Urbanização em vigor, com tradução, nomeadamente ao nível da classificação e qualificação dos usos do solo (art.º 2.º do regulamento do UP-UP1).

4. Atento o âmbito da alteração em causa, e considerando o disposto no artigo 120.º do RJIGT e os critérios referidos no art.º 3.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, a 1ª Alteração da Revisão do PU-UP1 não será sujeita a Avaliação Ambiental Estratégica (pág. 7 do relatório de fundamentação do PU-UP1).

5. A tramitação do processo de alteração do plano de urbanização encontra-se na fase de convocatória para conferência procedimental (CP), de acordo com os n.ºs 3 e 4 do art.º 86.º do RJIGT.

IV. Enquadramento face às matérias sob jurisdição do ICNF, I.P.

1. Rede Natura 2000 (Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de abril, na versão atualizada)

1.1. A área de intervenção integra área classificada da Rede Natura 2000 (RN2000), concretamente a Zona Especial de Conservação Arade/ Odelouca (PTCON0052). O enquadramento do plano territorial na RN2000 encontra-se apenso à presente informação técnica (anexos 1 e 2).

1.2. Devendo o ICNF, I.P. pronunciar-se sobre matérias no domínio da conservação dos valores naturais e a sua proteção e salvaguarda, cumpre aferir se a proposta de plano garante a proteção dos habitats e espécies de interesse comunitário, as quais se encontram listadas nos anexos BI, B-II e B-IV do respetivo diploma legal.

2. Programa Regional de Ordenamento Florestal do Algarve (Portaria n.º 53/2019, de 11 de fevereiro)

2.1. A área de intervenção insere-se na sub-região homogénea (SRH) do Litoral, pelo que aquele plano territorial deve identificar e compatibilizar os objetivos do Programa Regional de Ordenamento Florestal (PROF) e, especificamente, os objetivos da respetiva SRH, de acordo com o art.º 18.º da Portaria n.º 53/2019, de 11 de fevereiro. O enquadramento do plano territorial na PROF do Algarve encontra-se apenso à presente informação técnica (anexo 3).

2.2. Além das espécies que beneficiam de proteção por legislação específica, como o sobreiro e a azinheira (Decreto-Lei n.º 169/2001 de 25 de maio) e o azevinho espontâneo (Decreto-Lei n.º 423/89, de 4 de dezembro), o PROF do Algarve prevê que sejam adicionalmente aplicadas medidas de proteção específicas para exemplares espontâneos de carvalho-de-monchique; zimbros, junípero e sabina; e rododendro (art.º 8.º da Portaria n.º 53/2019, de 11 de fevereiro).

2.3. Considerando que, na área de intervenção do PU-UP1, ocorre o corredor ecológico associado ao rio Arade, este deve contribuir para a definição da Estrutura Ecológica Municipal no âmbito dos planos territoriais municipais, conforme o n.º 3, do art.º 9.º da Portaria n.º 53/2019, de 11 de fevereiro. Ainda que tenham como alvo primário a gestão do território rural, incluindo a componente florestal, os corredores ecológicos transcendem as questões florestais para se aplicarem também como figura orientadora no âmbito dos planos territoriais municipais e dos planos territoriais intermunicipais.

2.3.1. Os corredores ecológicos correspondem a “faixas que visam promover ou salvaguardar a conexão entre áreas florestais dispersas ou as diferentes áreas de importância ecológica, favorecendo o intercâmbio genético essencial para a manutenção da biodiversidade, com uma adequada integração e desenvolvimento das atividades humanas, constituindo ao nível da escala dos PROF uma orientação macro e tendencial para a região no médio/ longo prazo” (art.º 3.º do da Portaria n.º 53/2019, de 11 de fevereiro).

3. Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais (Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro):



3.1. Com base nos princípios estabelecidos pela Lei de Bases Gerais da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo (Lei n.º 31/2014, de 30 de maio, na sua redação em vigor), são constituídos diversos fins da política pública de solos. Um dos fins identificados é precisamente a prevenção de riscos coletivos e a redução dos seus efeitos nas pessoas e bens. Os incêndios rurais são precisamente um dos riscos coletivos de maior relevância para as zonas rurais e periurbanas.

3.1.1. O Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais (Resolução do Conselho de Ministros n.º 45-A/2020, de 16 de junho) concretiza o Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais (Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro) com incidência no território continental, adotado como elemento estratégico que preconiza princípios e orientações para a gestão dos incêndios. Trata-se de um conjunto de estruturas, normas e processos de articulação institucional na gestão integrada do fogo rural, de organização e de intervenção, relativas ao planeamento, preparação, prevenção, pré-supressão, supressão e socorro e pós-evento, a levar a cabo pelas entidades públicas com competências na gestão integrada de fogos rurais e por entidades privadas com intervenção em solo rústico ou solo urbano.

3.1.2. No contexto do Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PNDFCI), o ICNF, I.P. definiu as regras de identificação e definição de risco e perigosidade de incêndio rural.

V. Análise

1. Conteúdo documental

1.1. Relativamente ao relatório ambiental (RA), ficou estabelecido, em sede do documento de fundamentação de inexigibilidade de sujeição da alteração do plano a AAE (pág. 4) e nos termos de referência (págs. 8 a 11), que a Alteração do Plano de Urbanização da UP1 não é qualificado para efeitos de sujeição a avaliação ambiental nos termos do RJIGT e da versão atualizada do Regime de Avaliação de Planos e Programas (RJAAP), por não se prever, a par de outros critérios, “(...) efeitos na área no sítio Arade/Odelouca, da Rede Natura 2000”.

1.2. Embora não tenha sido remetida planta de enquadramento, conforme previsto na alínea a) do n.º 3 do art.º 100.º do RJIGT e indicado na alínea e) do n.º 2 do art.º 3.º do regulamento do PU-UP1 (pág. 2), o enquadramento territorial consta dos termos de referência (págs. 2 e 3) sendo possível visualizá-lo recorrendo aos ficheiros em formato vetorial disponibilizados, utilizando ferramentas de sistema de informação geográfica (p. ex. QGIS).

1.3. A situação existente, as infraestruturas e a classificação do ruído não constam em peças gráficas destinadas ao efeito, estando os dados respeitantes ao estabelecido nas alíneas b), d) e e) do n.º 3 do art.º 100.º do RJIGT, correspondentes às alíneas h), n), o) e p) do n.º 2 do art.º 3.º do regulamento, inseridos nas plantas de zonamento (peças gráficas n.º 1 e 2).

2. Identificação dos recursos territoriais (art.º 10.º do RJIGT, na versão atualizada)

Atendendo ao conteúdo documental com pertinência para a apreciação em curso, importa aferir se o plano territorial identifica os recursos e valores naturais (designadamente os da RN2000), áreas perigosas e de risco de incêndio e áreas florestais e se, em conformidade, acautela os regimes jurídicos relativos à conservação da natureza e da biodiversidade, gestão de fogos rurais e recursos florestais.

2.1. Rede Natura 2000 (Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de abril, na versão atualizada)

2.1.1. O regulamento contempla, como instrumento de gestão territorial, o Plano Setorial da RN2000 (alínea b) do n.º 1 do art.º 4.º), sendo referido, no capítulo 5.1.6. do relatório de fundamentação do PU-UP1 (pág. 17) e no âmbito do Plano de Gestão da ZEC Arade/Odelouca, que o “(...) regime de uso do solo não é alterado (...) isto é, não existe mais afetação de solo à urbanização e edificação para além do que o plano de urbanização atual já preconiza”.



2.1.2. Na ausência da identificação, em regulamento, dos valores naturais em presença na área daquele plano territorial, para uma apreciação rigorosa no âmbito das competências do ICNF, I.P., foram realizadas visitas técnicas à área de intervenção, a 19/02/2026 e 25/02/2026, inferindo-se o seguinte:

- a) O levantamento da flora e habitats foi efetuado em áreas UOPG propostas e em áreas abrangidas por compromissos urbanísticos em vigor na categoria de “espaços habitacionais a consolidar”. A caracterização efetuada encontra-se apenas à presente informação técnica (anexo 4). Apesar da diversidade da flora, verifica-se que o local apresenta-se bastante ruderalizado, com uma predominância ao nível do estrato herbáceo de espécies exóticas invasoras (*Oxalis pes-caprae*), com baixa probabilidade de presença de valores naturais classificados.
- b) Não foram encontradas espécies protegidas e/ ou ameaçadas no âmbito da RN2000, no entanto, dada a época do ano ainda não é possível detetar a presença de espécies de floração primaveril e folhagem inespecífica como *Bellevalia hackelii*. Para tal seria necessário uma prospeção de primavera (março-maio);
- c) Os habitats de interesse conservacionista e o biótopo de ocorrência potencial de espécies de quirópteros do género *Rhinolophus* spp. encontram-se qualificados no modelo territorial do PU-UP1 como “espaços verdes de enquadramento e proteção” (subalínea ii) da alínea c) do n.º 7 do art.º 27.º do regulamento). As restrições de utilidade pública impostas pela incidência sobre a ZEC, encontram-se representadas na planta de condicionantes (peça gráfica n.º 3 do PU-UP1), tendo-se procedido ao enquadramento cartográfico daquelas áreas, encontrando-se este apenas à presente informação técnica (anexos 5 e 6);
- d) A área ZEC (Arade / Odelouca) abrangida pelo PU-UP1 integra, ainda, os “espaços turísticos” compostos pelo empreendimento hoteleiro “Água Hotels Riverside”, na Quinta das Marinhas, no Parchal, e uma área ocupada por ruínas industriais, na Mexilhoeira da Carregação. Não sendo muito esclarecedor o facto de estas últimas estruturas se encontrarem designadas no PU-UP1 como “espaços turísticos”, entende-se prioritária a requalificação/ reposição ecológica daquela área dado o estado de degradação testemunhado, o qual determina a afetação da funcionalidade daqueles espaços urbanos;
- e) Existe uma área de transição não ocupada por atividades humanas, na Mexilhoeira da Carregação, que se encontra integrada nos “espaços habitacionais consolidados”. Sendo coincidente com a ZEC e não tendo qualquer ocupação humana, sugere-se que a mesma não seja considerada naquela categoria de espaço urbano e que venha, eventualmente, a conformar “espaço verde de enquadramento e proteção”, como verificado na envolvente desse espaço.
- f) Nos “espaços habitacionais antigos” da Mexilhoeira da Carregação, inseridos em ZEC, vale ressaltar que os atos e atividades propostos para aquele local encontram-se sujeitos ao parecer vinculativo do ICNF, I.P. Convém, ainda, reiterar o facto de o regulamento do PDM de Lagoa (PDML) ser contraditório no que concerne aos atos e atividades nas áreas urbanas coincidentes com a ZEC, conforme corretamente descrito no relatório de fundamentação (pág. 18): se, por um lado, o PDML indica interdições (n.º 4 do art.º 10.º do regulamento do PDML), por outro, admite que as alterações ao uso do solo, até à entrada em vigor do Plano de Gestão da ZEC, encontram-se condicionadas a parecer do ICNF, I.P. (n.º 6 do art.º 10.º do regulamento do PDML). Neste contexto, cumpre informar que estará iminente a publicação do ato normativo com vista a dar cumprimento à Diretiva Habitats no que concerne à obrigação de definição dos objetivos



e das medidas de conservação e de gestão da ZEC Arade/ Odelouca, devendo os planos territoriais (como é o caso do presente PU) ser adaptados àquelas disposições legais.



Figura 2 – Área integrada nos “espaços habitacionais consolidados” e sem ocupação humana verificada.
Fonte: Excerto do anexo 5 - .Extrato do zonamento do PU-UP1, com enfoque nas áreas de ocorrência dos valores naturais identificados no âmbito da RN2000.

g) Em suma, sem prejuízo da existência de uma proposta municipal para as áreas designadas como “espaços verdes de enquadramento e proteção”, numa lógica de enquadramento paisagístico que preserve o *genius loci* da frente ribeirinha, sugere-se a delimitação de unidade operativa de planeamento e gestão (UOPG), de acordo com o designado na alínea g) do art.º 99.º do RJIGT, na versão atualizada.

2.1.3. Embora conste no regulamento do PU-UP1 que não são admitidas operações de loteamento e obras de urbanização nos espaços integrados em ZEC, encontram-se previstas exceções (as quais descritas nos n.ºs 2 e 4 do art.º 52.º). Não obstante, estas operações devem ser condicionadas à salvaguarda dos recursos e valores naturais de acordo com as normas jurídicas em vigor, pelo que se entende que as restrições à ocupação decorrentes da incidência em RN2000



devem ser previstas no regulamento. Nesse sentido, reitera-se a informação relativa ao ato normativo indicado na alínea d) do número anterior deste subcapítulo.

2.1.4. O enquadramento das Unidades Operativas de Planeamento e Gestão (UOPG) previstas no art.º 99.º do RJIGT, na versão atualizada, encontra-se apenso à presente informação técnica (anexo 6), sendo descritas no capítulo III do regulamento do PU-UP1. De referir que nenhuma das UOPG incide sobre a ZEC, contudo remete-se para a existência de valores ecológicos previstos no Programa Regional de Ordenamento Florestal do Algarve, nomeadamente o corredor ecológico associado ao rio Arade e as espécies de arvoredos que beneficiam de proteção legal.

2.2. Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais (Decreto-Lei n.º 82/2021, de 13 de outubro)

2.2.1. No âmbito municipal, a perigosidade de incêndio rural e as faixas de gestão de combustível encontram-se contempladas na planta de condicionantes do PDM de Lagoa (Aviso n.º 16179/2021, de 26 de agosto).

2.2.2. No seguimento da análise efetuada aos documentos remetidos e que visam a adequação ao do PU-UP1 ao RJIGT, tendo em vista o seu enquadramento no Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais (SGIFR), cumpre informar o seguinte:

- a) A adequação referida anteriormente tem como objetivo assegurar a normalização de conceitos, tendo em conta o conteúdo da atual versão do PDM de Lagoa, especificamente o facto de, neste, ter deixado de existir a classe de solos urbanizáveis;
- b) O intuito da presente adequação ao PU-UP1 é garantir o cumprimento da premissa constante do documento: “(...) Para que um solo “expectante” (no sentido de não estar totalmente urbanizado ou edificado) seja classificado como urbano, é necessário que a sua urbanização seja devidamente programada e que a sua viabilidade económico-financeira seja demonstrada”;
- c) O objetivo é, portanto, que para as áreas de intervenção do PU-UP1 que se encontrem na referida situação de “expectante”, exista uma calendarização de intervenções e justificação financeira tendentes à sua classificação como urbano;
- d) O SGIFR (Decreto-lei n.º 82/2021, de 13 de outubro) tem com um dos seus eixos de intervenção (n.º 2 do art.º 4,º) a “(...) proteção contra incêndios rurais, orientada para a segurança e salvaguarda das pessoas, animais e bens em áreas edificadas e nas demais áreas, instalações, estabelecimentos e infraestruturas abrangidos pela rede secundária (...) promovendo a mudança de comportamentos, adoção de medidas de autoproteção e maior resistência do edificado, no sentido de tornar estas áreas menos suscetíveis ao risco de incêndio rural e menos geradoras de ignições”;
- e) Relativamente ao ordenamento do território, e tendo em conta o conteúdo do ponto anterior, o SGIFR preconiza a adoção de mecanismos de defesa denominados passiva de infraestruturas através da criação de áreas sujeitas a silvicultura preventiva. São ainda estabelecidos condicionalismos à edificação;
- f) No primeiro caso, de acordo com o n.º 6 do art.º 49.º do referido diploma legal “(...) na envolvente das áreas edificadas, quando confinante com territórios florestais, os proprietários, arrendatários, usufrutuários ou entidades que, a qualquer título, aí detenham terrenos asseguram a gestão de combustível numa faixa envolvente com largura padrão de 100 m a partir da interface de áreas edificadas”;
- g) O desenho e operacionalização destas áreas de gestão de combustível não estão dependentes da classificação do solo (discutida no âmbito do documento em análise) mas sim das existências efetivas de áreas edificadas, cuja definição, constante da alínea b) do art.º 3.º do já mencionado decreto-lei, refere como “(...) conjuntos de edifícios contíguos ou próximos, distanciados entre si no máximo 50 m e com 10 ou mais fogos, em solo rústico ou urbano, delimitados por uma linha poligonal fechada, encerrando a menor área

possível, que englobe cada conjunto de edifícios, a qual corresponde à interface de áreas edificadas”;

h) Atualmente, para as áreas edificadas existentes no interior da área de intervenção do PU-UP1 já existe a delimitação das mesmas (vide imagem seguinte).



i) Independentemente da classificação do solo, a existência de “áreas edificadas” (que se enquadrem na definição anterior) manterá a obrigação de operacionalização de áreas de gestão de combustível, não tendo este processo qualquer interferência na reclassificação do solo, nos termos do documento em análise;

j) Relativamente aos condicionalismos à edificação, regulamentados pelos art.^{os} 60.º e 61.º do diploma que estabelece o SGIFR, os mesmos não parecem ter qualquer tipo de aplicação à situação em apreço. A saber: a área não apresenta características para ser classificada como área prioritárias de prevenção e segurança (APPS) o que exclui a aplicação do art.º 60.º; o art.º 61.º (condicionamento da edificação fora de áreas prioritárias de prevenção e segurança) exclui as áreas urbanas (classificação que se pretende obter através da adequação ao presente PU) referindo que “(...) as obras de construção ou ampliação de edifícios em solo rústico fora de aglomerados rurais, quando se situem em território florestal ou a menos de 50 m de territórios florestais, devem cumprir as seguintes condições cumulativas (...)”. O mesmo artigo, no seu n.º 5, refere ainda que “o disposto no presente artigo não obsta à reclassificação de solo rústico como solo urbano, nos termos da lei”.

2.3. Programa Regional de Ordenamento Florestal do Algarve (Portaria n.º 53/2019, de 11 de fevereiro)

2.3.1. Não existe referência ao PROF do Algarve (Portaria n.º 53/2019, de 11 de fevereiro) aquando da descrição dos instrumentos de gestão territorial pelos quais se encontra abrangida a área de intervenção do PU-UP1 (art.º 4.º do regulamento).



2.3.2. Prevê-se que os “espaços verdes de recreio” sejam dotados de revestimento vegetal e arborizados (art.º 53.º do regulamento), promovendo-se a conservação da vegetação arbórea em bom estado fitossanitário e a utilização de vegetação autóctone adequada a cada situação ecológica em presença (art.º 56.º do regulamento). Estando aqueles espaços integrados na Estrutura Ecológica do PU-UP1, a qual é responsável pela conservação dos habitats e corredores de circulação da fauna, é de referir a necessidade de se fazer cumprir o regime jurídico aplicável à introdução na natureza e repovoamento de espécies exóticas da flora, particularmente a Lista Nacional de Espécies Invasoras (anexo II ao Decreto-Lei n.º 92/2019, de 10 de julho) e o PROF do Algarve, nomeadamente as espécies de árvores que beneficiam de proteção e o corredor ecológico associado ao rio Arade, de acordo com o disposto nos art.ºs 8.º e 9.º, respetivamente, do regulamento daquele instrumento de gestão territorial.

2.3.3. Em termos de coberto arbóreo, aquando das visitas técnicas efetuadas (referidas no 2.1.2. do presente capítulo) foram identificados espécimes característicos do pomar de sequeiro tradicional algarvio, nomeadamente das espécies oliveira (*Olea europeae*), alfarrobeira (*Ceratonia siliqua*), amendoeira (*Prunus dulcis*) e figueira (*Ficus carica*), agora abandonado de cultura. Devido à redução da intervenção agrícola, o arvoredado tende a evoluir progressivamente para matos e formações florestais dominadas pelo zambujeiro (oliveira brava) mas contendo em si outras árvores como alfarrobeiras, azinheiras e ocasionalmente, em solos mais siliciosos, sobreiros. Ainda neste contexto, no que respeita à oliveira, cumpre informar que o corte ou arranque requer autorização da CCDR (Decreto-Lei n.º 120/86, de 28 de maio), embora o corte de exemplares isolados não requeira autorização.

2.3.4. Nas UOPG propostas, descritas no programa de execução do PU-UP1, detetou-se a presença de espécies alvo de proteção legal (Decreto-Lei n.º 169/2001 de 25 de maio), nomeadamente, azinheira (*Quercus rotundifolia*), a qual ocorre de forma dispersa ou em pequenos núcleos, e sobreiro (*Quercus suber*) em mancha de aproximadamente 0,23 ha (vide anexo 7). O azevinho espontâneo não ocorre naturalmente nesta área geográfica (Decreto-Lei n.º 423/89, de 4 de dezembro).

VI. Conclusão

De acordo com a apreciação técnica efetuada, ressalta-se o seguinte:

1. A área de intervenção do PU-UP1 abrangida pela ZEC Arade/ Odelouca, a mesma desenvolve-se a nascente de um núcleo de antigas pisciculturas na margem do rio Arade, até ao largo da Mexilhoeira da Carregação (qualificado como “espaço verde de recreio”) aberto ao rio Arade. Apesar de se concordar, na generalidade, com a proposta de qualificação de uso do solo proposto, predominantemente como “espaço verde de enquadramento e proteção”, assumindo compatibilidade com a RN2000, e dado o atual caráter de espaço ribeirinho com algum grau de degradação, propõe-se que esta área possa vir a ser objeto de uma UOPG que vise não só o caráter de enquadramento e proteção, mas que preveja a requalificação deste arco ribeirinho, promovendo a integração de atividades de pesca tradicional existentes, apoios a atividades de recreio náutico, articulação com os “espaços turístico” e outros espaços urbanos (incluindo os habitacionais), numa perspetiva de fruição dos aspetos de património natural existente, das atividades tradicionais, incluindo os cénicos, de elevada valia, conferindo uma nova qualidade a esta orla ribeirinha incluída na ZEC.

2. No que respeita às UOPG previstas (1 a 8), as mesmas localizam-se em Ferragudo (UOPG 6 e 8) e em torno do “Estádio Municipal da Bela Vista” e visam a ampliação de áreas de apoio a esse equipamento (UOPG3) e ainda à criação de áreas multifuncionais destinadas a “espaços habitacionais” e “Ampliação de Áreas de Atividades Económicas” (designadamente a UOPG 2), entre outras, são caracterizadas por um coberto vegetal predominantemente com espécies de



pomares tradicionais de amendoeiras, oliveiras e alfarrobeiras e figueiras, algumas em pequenos núcleos, sugerindo-se a sua manutenção, na medida do possível, no que respeita aos núcleos principais no sentido de potenciar áreas verdes de enquadramento e proteção, de apoio à avifauna, promovendo a sua articulação com vista à conectividade de áreas verdes e promovendo um território mais resiliente, em face das ameaças das alterações climáticas cujos efeitos nefastos carecem de minimização e mitigação dos seus impactes, também a nível local.

3. *Aquando de qualquer intervenção nas áreas designadas como “espaços turísticos”, “espaços habitacionais” (consolidados ou antigos) ou “espaços verdes” (enquadramento e proteção ou de recreio) que incidem sobre a ZEC, além da sujeição a parecer vinculativo do ICNF, I.P., importa o despiste prévio da ocorrência de eventuais valores naturais com interesse comunitário, devendo proceder-se ao levantamento cartográfico das espécies presentes.*

4. *A implementação das UOPG deve ocorrer em coerência com a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas 2020 (Resolução do Conselho de Ministros n.º 56/2015, de 30 de julho), prorrogada até 2025 (Resolução do Conselho de Ministros n.º 53/2020, de 10 de julho), nomeadamente no que concerne à preservação das espécies autóctones em presença e a recuperação de ecossistemas, proteção de habitats e controlo de espécies exóticas invasoras.*

5. *Na área de “Espaços Habitacionais a Consolidar” onde foram detetados sobreiros deverá alargar o “Espaço Verde de Recreio” de forma a preservar todos os exemplares de sobreiro que estejam em bom estado.*

6. *Nas áreas correspondentes às UOPG 5 e UOPG 7, foi registada a presença de azinheiras dispersas, por vezes formando grupos densos de 3 a 10 árvores (UOPG 5), mas ocupando áreas limitadas inferiores a 500 m². Tratando-se de uma avaliação muito sumária não é possível determinar com 100% de certeza sobre o estatuto de “povoamento” de acordo com as definições do Decreto Lei n.º 169/2001 de 25 de maio (que inclui a contabilização de regeneração natural com altura $h > 1$ metro), pelo que se exige uma avaliação prévia a cada projeto de urbanização a fim de determinar o número de árvores afetadas, seu enquadramento na lei, e possíveis ajustes de forma a minimizar abates. A autorização para o abate de azinheiras tem sempre de ser requerida ao ICNF, I.P. independentemente de se tratar de árvores isoladas ou em povoamento florestal.*

7. *Numa das áreas de “Espaços Habitacionais a Consolidar” foram identificados por via remota, a existência de sobreiros, relativamente aos quais pesam as mesmas exigências aplicáveis à azinheira conforme acima referidas.*

8. *Por outro lado, tratando-se de uma área inserida em corredor ecológico de acordo com o PROF Algarve, recomenda-se que seja garantida uma estrutura verde desenhada de forma a compartimentar as áreas urbanizadas evitando o estabelecimento de um continuum urbano isolando a área ribeirinha do Arade dos espaços rurais adjacentes.*

9. *Sugere-se, assim, que a estrutura verde a norte das UOPG 5 e UOPG 7 e atravessando UOPG 3, seja alargada abrangendo parte das UOPG citadas e parte da UOPG 4. A UOPG 5 deveria ser redesenhada (juntamente com a rede viária prevista no seu limite norte) de forma a preservar mais do arvoredo existente que inclui alguns bons núcleos de azinheiras.*

10. *Na estrutura dos espaços verdes deverá ser tida como base de referência as formações arbóreas naturais e estruturas de vegetação conforme descritas nas fichas de habitat do Plano Sectorial da Rede Natura 2000 para os habitats acima citados. Estas estruturas de vegetação (com a gestão ajustada ao meio urbano e periurbano) por estarem bem ajustadas ao clima local asseguram um mínimo de consumos de água e necessidades de manutenção. Procurar adicionalmente ajustar as áreas de forma a maximizar a integração dos espaços verdes (recreio+enquadramento e proteção) de forma a criar estruturas tanto contínuas quanto possível.*



11. *Das disposições constantes do SGIFR, apenas a execução de silvicultura preventiva na faixa de gestão da rede secundária parece ter aplicação na área de intervenção do PU mas a sua operacionalização não obsta ao cumprimento dos objetivos do documento em análise. As restantes condicionantes decorrentes da aplicação do SGIFR não têm aplicação à situação em análise.”*

Face ao exposto acima, no que respeita às competências do ICNF, I.P., propõe-se a emissão parecer favorável à proposta de PU-UP1, condicionado à adaptação da mesma à atualização nos termos do SGIFR e ainda à adaptação à iminente legislação decorrente da conclusão da classificação da ZEC Arade/ Odelouca em fase de pré-publicação, sugerindo que a área do PU abrangida pela ZEC possa vir a ser objeto de uma UOPG que vise não só o caráter de enquadramento e proteção mas que preveja a requalificação deste arco ribeirinho, promovendo a integração de atividades de pesca tradicional existentes, apoios a atividades de recreio náutico, articulação com os “espaços turísticos” e outros espaços urbanos (incluindo os habitacionais), numa perspetiva de fruição dos aspetos de património natural existente, das atividades tradicionais, incluindo os cénicos.

Devem, igualmente, ser assegurada a adoção de medidas de salvaguarda de valores naturais nas UOPG 1 a 8 fora de ZEC, no sentido de valorização do coberto vegetal existente, conectividade ecológica e resiliência face a um contexto de severidade das alterações climáticas, nos termos das conclusões constantes do capítulo V. Análise.

Com os melhores cumprimentos,

O Diretor do Departamento Regional da Conservação da Natureza e Biodiversidade do Algarve

Paulo Faleiro Silva

Anexo 1 - Enquadramento do plano territorial na RN2000;

Anexo 2 - Enquadramento do plano territorial na RN2000, com enfoque nos valores naturais presentes (o símbolo * indica o tipo de habitat prioritário);

Anexo 3 - O enquadramento do plano territorial na PROF do Algarve;

Anexo 4 - Levantamento da flora em presença na área de intervenção do PU-UP1;

Anexo 5 - Extrato das áreas condicionadas do PU-UP1, com enfoque nas áreas de restrição de utilidade pública no âmbito da Rede Natura 2000;

Anexo 6 - Extrato do zonamento do PU-UP1, com enfoque nas áreas de ocorrência dos valores naturais identificados no âmbito da Rede Natura 2000;

Anexo 7 - Enquadramento das UOPG na área de intervenção do PU-UP1, com referência à área ZEC;

Anexo 8 - Sobreiros e azinheiras em presença na área de intervenção do PU-UP1.



Anexo 1 - Enquadramento do plano territorial na RN2000.



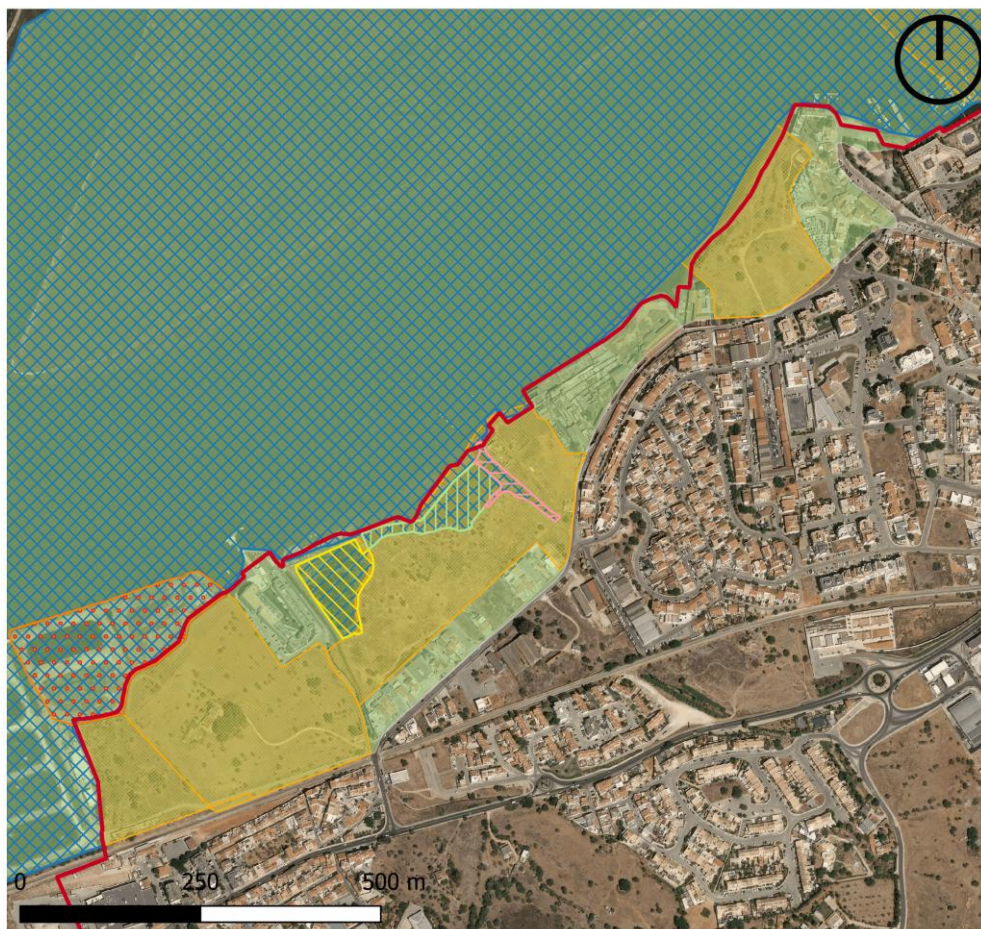
— Delimitação da área do PU1

■ Zona Especial de Conservação Arade/ Odelouca (PTCON0052)





Anexo 2 - Enquadramento do plano territorial na RN2000, com enfoque nos valores naturais presentes (o símbolo * indica o tipo de habitat prioritário)



— Delimitação da área do PU1

Rede Natura 2000

ZEC Arade/ Odelouca (PTCON0052)

■ Zona Especial de Conservação

Habitats complexos

■ 1130 - Estuários

Habitats

■ 1140 - Lodaçais e areais a descoberto na maré baixa

■ *1150 - Lagunas costeiras

■ 1420 - Matos halófilos mediterrânicos e termoatlânticos (*Sarcocornetea fruticosi*)

■ 1430 - Matos halonitrófilos (*Pegano-Salsoletea*)

Espécies (Mamofauna)

■ *Rhinolophus mehelyi*, *R. hipposideros*





Anexo 3 - O enquadramento do plano territorial na PROF do Algarve



— Delimitação da área do PU1

PROF do Algarve

Corredor ecológico

Sub-Regiões Homogéneas

Barrocal

Litoral





Anexo 4 – Levantamento da flora em presença na área de intervenção do PU-UP1.

Espécie	Nome comum	Estatuto	Notas
<i>Acacia saligna</i>	acácia	Exótica. Invasora (Decreto-Lei n.º 92/2019 de 10 de julho, Anexo II).	Fanerófito
<i>Arisarum simorrhinum</i>	capuz-de-frade	autóctone	Geófito
<i>Aristolochia baetica</i>	balsamina	autóctone	Fanerófito
<i>Arum italicum subsp. italicum</i>	jarro-dos-campos	autóctone	Geófito
<i>Asparagus acutifolius</i>	espargo-bravo-menor	autóctone	Fanerófito
<i>Asparagus albus</i>	espargo-bravo	autóctone	Fanerófito
<i>Asparagus aphyllus</i>	espargo-bravo-maior	autóctone	Fanerófito
<i>Asphodelus sp</i>	abrótea	autóctone	Geófito
<i>Atractylis gummifera</i>	cardo-do-visco	autóctone	Geófito
<i>Bellardia trixago</i>		autóctone	Terófito
<i>Beta vulgaris</i>	acelga-brava	autóctone	Hemicriptófito, Terófito
<i>Beta maritima</i>	acelga-brava	autóctone	Hemicriptófito, Terófito
<i>Bituminaria bituminosa</i>	trevo-betuminoso	autóctone	Terófito
<i>Borago officinalis</i>	borragem	autóctone	Terófito
<i>Carlina racemosa</i>	-	autóctone	Terófito, Hemicriptófito
<i>Casuarina equisetifolia</i>	Casuarina	exótica	Fanerófito
<i>Centaurea pullata</i>	centáurea-parda	autóctone	Terófito



<i>Centaureum erythraea</i>	fel-da-terra	autóctone	Terófito, Hemicriptófito
<i>Ceratonía siliqua</i>	alfarrobeira	autóctone	Fanerófito
<i>Chamaerops humilis</i>	palmeira-anã	autóctone	Fanerófito
<i>Cistus crispus</i>	roselha-pequena	autóctone	Caméfito
<i>Cistus monspeliensis</i>	sargaço	autóctone	Fanerófito
<i>Cistus salviifolius</i>	sargaço-mouro	autóctone	Caméfito
<i>Convolvulus althaeoides</i>	corriola-rosada	autóctone	Hemicriptófito
<i>Cortaderia selloana</i>	erva-das-pampas	Exótica. Invasora (Decreto-Lei n.º 92/2019 de 10 de julho, Anexo II).	Hemicriptófito
<i>Cupressus sempervirens</i>	cipreste	exótica	Fanerófito
<i>Cynara humilis</i>	alcachofra-brava	autóctone	Hemicriptófito
<i>Cynoglossum creticum</i>	orelha-de-lebre	autóctone	Hemicriptófito
<i>Daphne gnidium</i>	trovisco	autóctone	Fanerófito
<i>Daucus carota</i>	cenoura-brava	autóctone	Hemicriptófito
<i>Dittrichia viscosa subsp. revoluta</i>	tágueda	autóctone	Caméfito
<i>Erica lusitanica</i>	urze	autóctone	Fanerófito
<i>Eryngium campestre</i>	cardo-corredor	autóctone	Hemicriptófito
<i>Euphorbia sp</i>		autóctone	Caméfito
<i>Euphorbia terracina</i>	alforva-do-litoral	autóctone	Hemicriptófito, Terófito
<i>Fedia cornucopiae</i>	-	autóctone	Terófito
<i>Ficus carica</i>	figueira	cultivado	Fanerófito



<i>Foeniculum vulgare</i>	funcho	autóctone	Hemicriptófito
<i>Fumaria sp</i>	-	autóctone	Terófito
<i>Furcraea foetida</i>	pita	exótica	Fanerófito
<i>Galactites tomentosus</i>	-	autóctone	Terófito
<i>Genista hirsuta subsp. algarbiensis</i>	tojo-do-sul	autóctone	Caméfito
<i>Gladiolus sp</i>	calcinhas-de-cuco	autóctone	Geófito
<i>Glebionis coronaria</i>	malmequer	autóctone	Terófito
<i>Helichrysum stoechas subsp. stoechas</i>	perpétuas-das-areias	autóctone	Caméfito
<i>Hyparrhenia sinaica</i>	palha-da-guiné	autóctone	Hemicriptófito
<i>Jasminum fruticans</i>	jasmineiro-do-monte	autóctone	Fanerófito
<i>Lantana camara</i>	lantana	Exótica. Invasora (Decreto-Lei n.º 92/2019 de 10 de julho, Anexo II).	Fanerófito
<i>Lavandula stoechas</i>	rosmaninho	autóctone	Caméfito
<i>Lavatera sp</i>	malva	autóctone	Terófito, Hemicriptófito
<i>Lonicera implexa</i>	madressilva	autóctone	Fanerófito
<i>Muscari neglectum</i>	cebolinho-de-flor-azul	autóctone	Geófito
<i>Myoporum laetum</i>	mióporo	Exótica	Fanerófito
<i>Nicotiana glauca</i>		Exótica. Invasora (Decreto-Lei n.º 92/2019 de 10 de julho, Anexo II).	Fanerófito



<i>Olea europaea</i>	oliveira	cultivada	Fanerófito
<i>Olea europaea var. sylvestris</i>	zambujeiro	autóctone	Fanerófito
<i>Ononis ramosissima</i>	joina-das-areias	autóctone	Caméfito, Fanerófito
<i>Ophrys lutea</i>	erva-vespa	autóctone	Geófito
<i>Ophrys speculum subsp. speculum</i>	erva-abelha	autóctone	Geófito
<i>Opuntia sp</i>	Cato. Piteira. Figueira-da-índia.	Exótica. Invasora (Decreto-Lei n.º 92/2019 de 10 de julho, Anexo II).	Fanerófito
<i>Osyris lanceolata</i>	-	autóctone	Fanerófito
<i>Oxalis pes-caprae</i>	boas-noites	Exótica. Invasora (Decreto-Lei n.º 92/2019 de 10 de julho, Anexo II).	Geofito
<i>Phagnalon saxatile</i>	alecrim-das-paredes	autóctone	Caméfito
<i>Phlomis purpurea</i>	marioila	autóctone	Fanerófito
<i>Phoenix canariensis</i>	palmeira-das- canárias	exótica	Fanerófito
<i>Pinus halepensis</i>	pinheiro-de-alepo	autóctone	Fanerófito
<i>Pinus pinaster</i>	pinheiro-bravo	autóctone	Fanerófito
<i>Pinus pinea</i>	pinheiro-manso	autóctone	Fanerófito
<i>Piptatherum miliaceum</i>	talha-dente	autóctone	Hemicriptófito
<i>Pistacia lentiscus</i>	aroeira	autóctone	Fanerófito
<i>Plantago lanceolata</i>	tanchagem-menor	autóctone	Hemicriptófito
<i>Plantago serraria</i>	Hemicriptófito	autóctone	Hemicriptófito
<i>Prunus dulcis</i>	amendoeira	autóctone	Fanerófito



<i>Punica granatum</i>	romãzeira	exótica	Fanerófito
<i>Quercus coccifera</i>	carrasqueiro	autóctone	Caméfito, Fanerófito
<i>Quercus rotundifolia</i>	azinheira	Autóctone. Ocorre como regeneração natural. Decreto Lei n.º 169/2001 de 25 de maio.	Fanerófito
<i>Quercus suber</i>	sobreiro	Autóctone. Ocorre como regeneração natural. Decreto Lei n.º 169/2001 de 25 de maio.	Fanerófito
<i>Ranunculus sp</i>	-	autóctone	Helófito, Geófito
<i>Retama sp</i>	-	autóctone	Fanerófito
<i>Rhamnus alaternus</i>	sanguinho-das-sebes	autóctone	Fanerófito
<i>Rhamnus lycioides subsp. oleoides</i>	espinheiro-preto	autóctone	Fanerófito
<i>Rhus coriaria</i>	sumagre	exótica	Fanerófito
<i>Rubia peregrina</i>	raspa-língua	autóctone	Caméfito
<i>Rumex bucephalophorus</i>	catacuzes	autóctone	Terófito
<i>Ruta chalepensis</i>	arruda	autóctone	Caméfito
<i>Schinus molle</i>	Pimenteira-bastarda	exótica	Fanerófito
<i>Sedum sedifforme</i>	erva-pinheira	autóctone	Caméfito
<i>Silene colorata</i>		autóctone	Terófito
<i>Thymbra capitata</i>	tomilho-de-creta	autóctone	Caméfito
<i>Trifolium repens</i>	trevo-branco	autóctone	Hemicriptófito
<i>Ulex argenteus subsp. argenteus</i>	tojo-prateado	autóctone.	Fanerófito



<i>Umbilicus rupestris</i>	Sombreira-dos-telhados	autóctone	Hemicriptófito
<i>Urginea maritima</i>	cebola-albarrã	autóctone	Geófito
<i>Yucca gloriosa</i>	Círio-de-Nossa-Senhora	exótica	Fanerófito

Habitats classificados

5330 – Matos termomediterrânicos pré-deserticos

5330pt5 – Carrascais, espigueiros e matos afins basófilos

Indicadores de acordo com a ficha do habitat (Plano Sectorial da Rede Natura 2000):

Pistacea lentiscus;

Quercus coccifera;

Asparagus albus;

Rhamnus alaternus;

Rhamnus lycioides subsp. *oleoides*.

Este habitat ocorre de forma fragmentária e em mau estado de conservação.

5330pt7 – Matos baixos calcícolas

Indicadores de acordo com a ficha do habitat (Plano Sectorial da Rede Natura 2000):

Thymra capitata.

Trata-se de habitats de ocorrência potencial.

A ocorrência destes habitats dentro da área do PP é muito fragmentária e sempre em mau estado de conservação.

9320 – Florestas de Olea e Ceratonia

9320pt2 – Bosques algarvios e baixo-alentejanos de alfarrobeira e zambujeiro



Indicadores de acordo com a ficha do habitat (Plano Sectorial da Rede Natura 2000):

Ceratonia siliqua;

Olea europaea sylvestris;

Aristolochia baetica;

Asparagus albus;

Rhamnus alaternus;

Rhamnus lycioides subsp. oleoides.

Trata-se de um habitat de ocorrência potencial, que se estabelece pela evolução dos olivais e alfarrobais abandonados do cultivo para formações florestais dominadas por zambujeiros.

9340 – Florestas de *Quercus ilex* e *Quercus rotundifolia*

Indicadores: *Quercus rotundifolia*, *Genista hirsuta* ssp. *algarviensis*

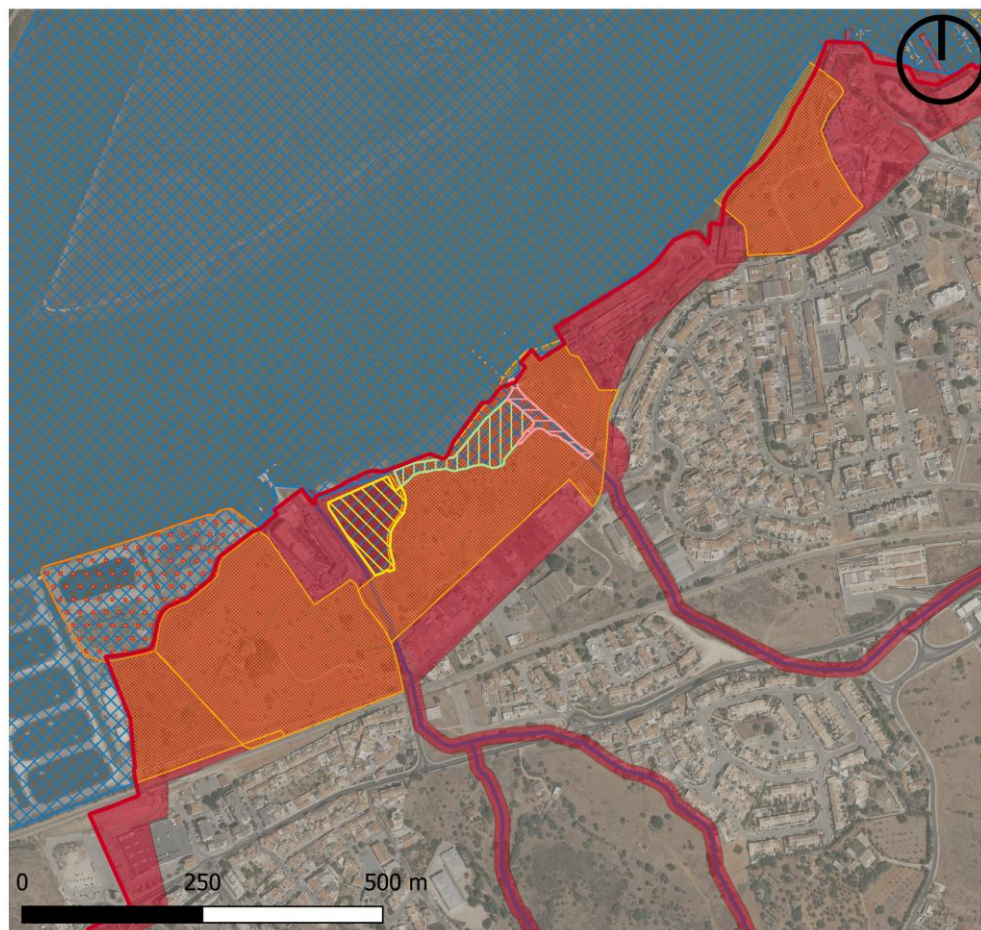
9330 – Florestas de *Quercus suber*

Indicadores: *Dominancia de Quercus suber*

Estes são habitats potenciais mas pouco prováveis devido às condições edafoclimáticas que são mais favoráveis às florestas do tipo *Olea-Ceratonia* ou matos do tipo 5330.



Anexo 5 - Extrato das áreas condicionadas do PU-UP1, com enfoque nas áreas de restrição de utilidade pública no âmbito da Rede Natura 2000.



— Delimitação da área do PU1

Rede Natura 2000
ZEC Arade/ Odelouca (PTCON0052)

Habitats complexos

1130

Habitats

1140

1150

1420

1430

Espécies (Mamofauna)

Rhinolophus mehelyi, R. hipposideros

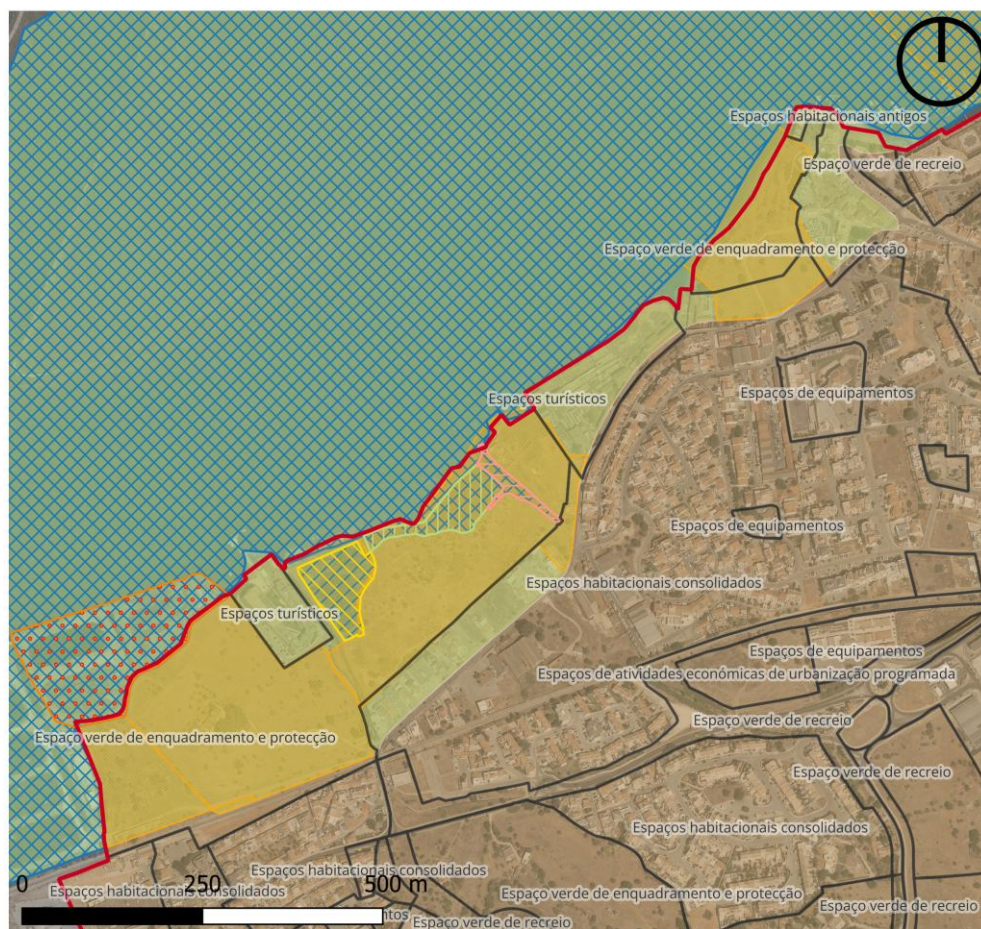
Plano de Urbanização da UP1 de Ferragudo ao Calvário

Áreas condicionadas





Anexo 6 - Extrato do zonamento do PU-UP1, com enfoque nas áreas de ocorrência dos valores naturais identificados no âmbito da Rede Natura 2000



— Delimitação da área do PU1

Rede Natura 2000
ZEC Arade/ Odelouca (PTCON0052)

■ Zona Especial de Conservação

Habitats complexos

■ 1130

Habitats

■ 1140

■ 1150

■ 1420

■ 1430

Espécies (Mamofauna)

■ Rhinolophus mehelyi, R. hipposideros

Plano de Urbanização da UP1 de Ferragudo ao Calvário

■ Zonamento





Anexo 7 - Enquadramento das UOPG na área de intervenção do PU-UP1, com referência à área ZEC



— Delimitação da área do PU1

Rede Natura 2000

ZEC Arade/ Odelouca (PTCON0052)

— Zona Especial de Conservação

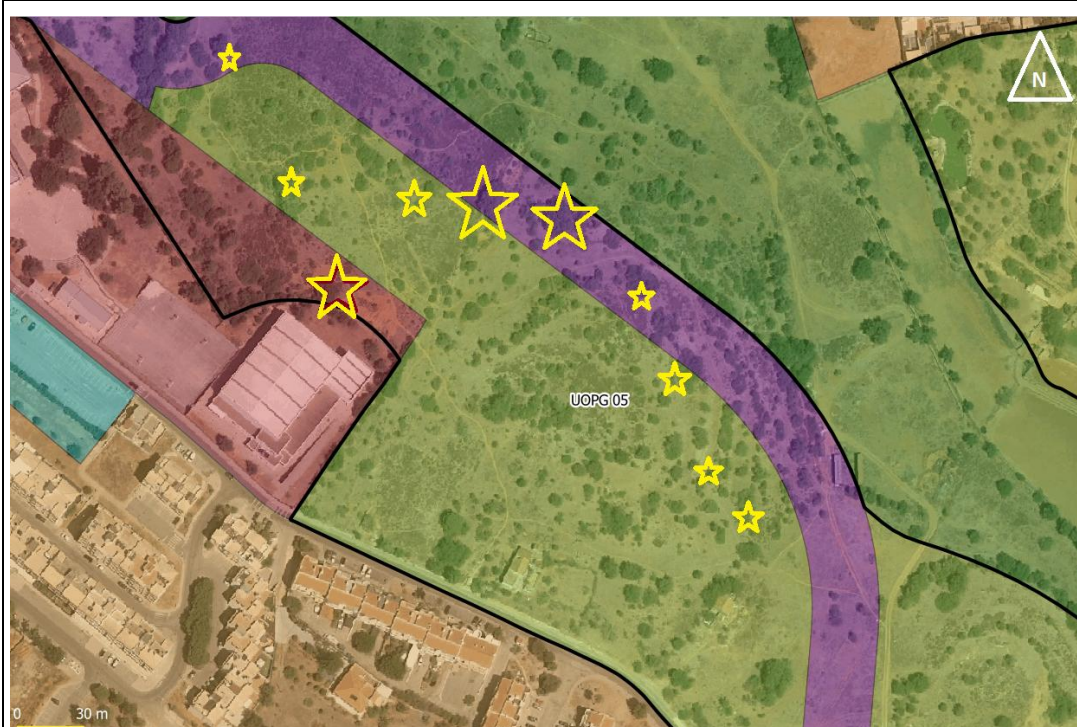
Plano de Urbanização da UP1 de Ferragudo ao Calvário

— Unidades Operativas de Planeamento e Gestão (UOPG)

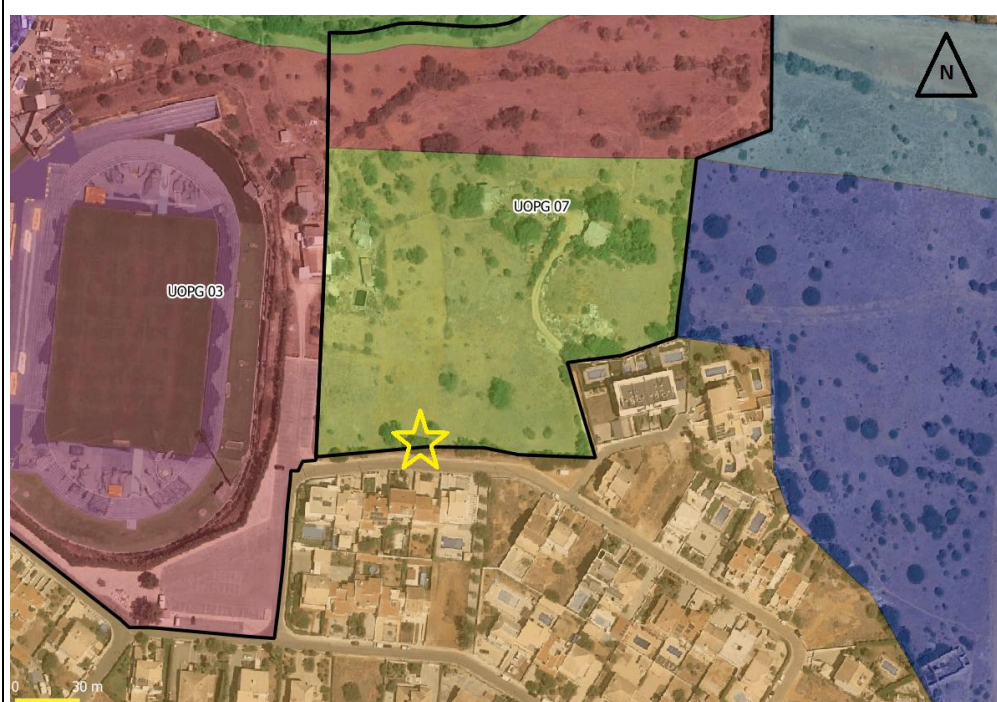




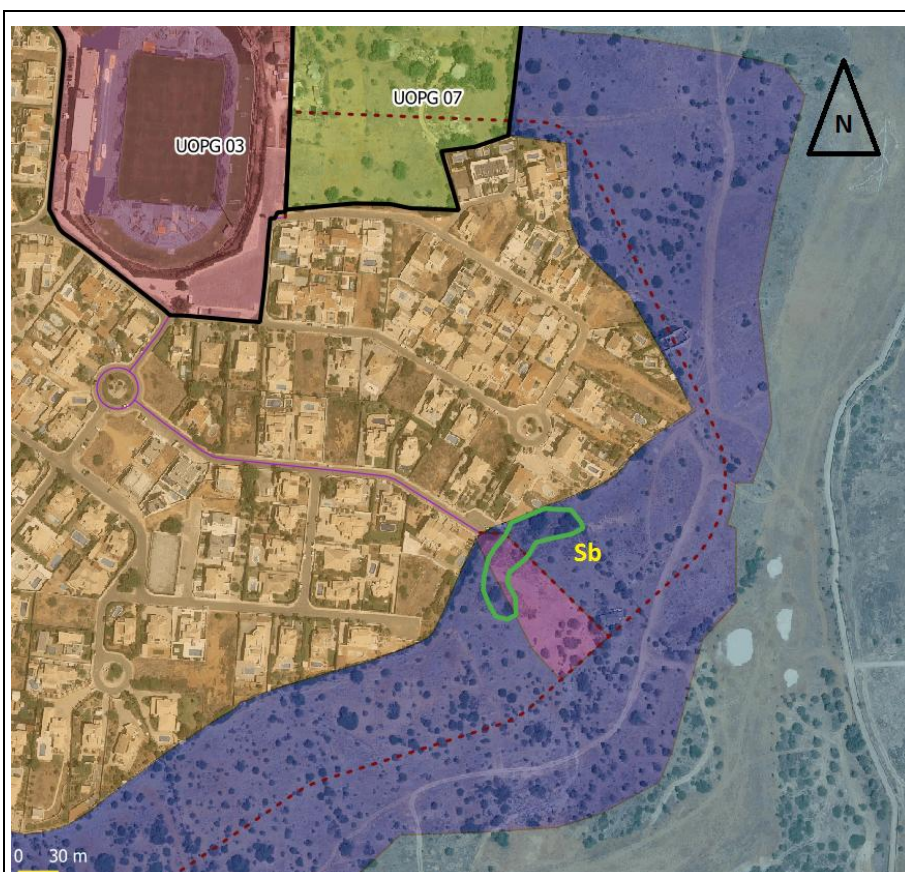
Anexo 8 - Sobreiros e azinheiras em presença na área de intervenção do PU-UP1



Azinheiras: Localização aproximada árvores isoladas ou grupos de árvores.



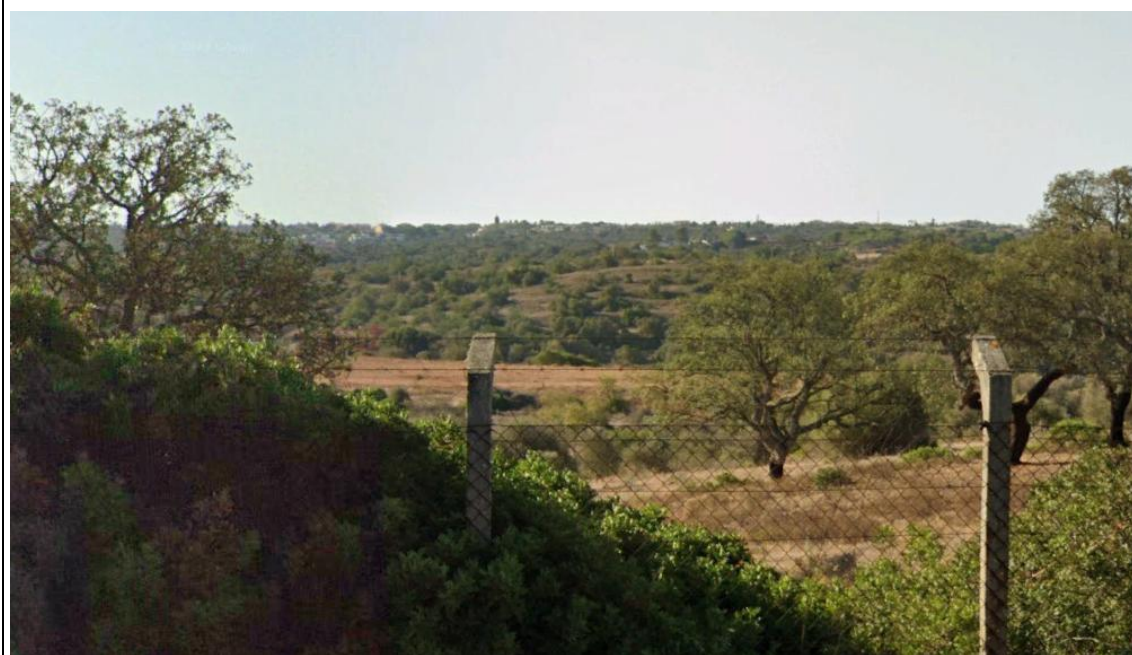
Azinheiras: Localização aproximada árvores isoladas ou grupos de árvores.



Sobreiros em Solo Urbano – Espaços Habitacionais a Consolidar (Imagem Google 5/2025, e vista de rua).



Azinheiras em UOPG 05.





Sobreiros em “Espaços Habitacionais a Consolidar” (vista de rua do Google).

Documento processado por computador, n.º S-006441/2026